

RESUMO DO PL DA MORALIDADE

O Estado tem por dever garantir a ordem e os direitos sociais. Os principais direitos sociais são educação, saúde, habitação, necessidades básicas (alimentação, vestimenta e deslocamento) e segurança social.

Os servidores públicos devem trabalhar com afinco e inteligência para garantir a qualidade e a quantidade dos serviços públicos. Também devem ser probos (honestos).

É muito incoerente que os servidores públicos com seus familiares paguem para acessar os serviços que eles mesmos fornecem.

Desta feita é moral que os servidores públicos com seu núcleo familiar, em cargos permanentes ou não, eletivos ou comissionados, acessem exclusivamente aos serviços que estão envolvidos e devem prover.

Assim:

- Políticos e Gestores devem exclusivamente acessar o serviço público para saúde, educação e segurança pública;

- Servidores de determinado setor público poderão exclusivamente acessar o serviço que fornecem, não podendo contratar o mesmo serviço no setor privado.

Demonstrando honestidade, o servidor e seu núcleo familiar deve apresentar sua evolução patrimonial anualmente, não sendo admitido que ultrapasse o crescimento percentual da nação (PIB) em dez vezes, configurando enriquecimento ilícito caso esse índice seja superado.

Caso descumpra ou reste provada evolução patrimonial inadequada, devem responder processo administrativo com possibilidade de demissão ou perda do mandato eletivo.

Nesse sentido propõem-se o presente projeto de lei.